



FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Rua Capote Valente, 710, - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - https://www.gov.br/fundacentro/pt-br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 47648.000250/2021-31

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de locação de purificadores de água, para fornecimento de água natural e refrigerada, incluindo mão de obra, substituição de elementos filtrantes, fornecimento de peças, manutenção preventiva e corretiva e transferências de pontos de instalação dos equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Estimativas de consumo individualizadas:

Item	Descrição/ especificação	Unidade de Medida	Quantidade por mês	Período	Quantidade anual
1	Locação e manutenção preventiva e corretiva de purificadores de água novos	unidades/mês	16	12 meses	192

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, sendo que os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, permitindo assim à Administração efetuar alteração do quantitativo contratado conforme a ocupação do prédio.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Além da justificativa e objetivo da contratação em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, destacamos:

2.1.1. Oferecer água, natural e refrigerada, tratada e de qualidade, com características físico-químicas, microbiológicas e organolépticas adequadas e que obedeça aos parâmetros de potabilidade, para atender os trabalhadores e usuários do Centro Técnico Nacional da Fundacentro, além de reduzir o consumo de água mineral, com a consequente geração de resíduos plásticos.

2.1.2. Também tem por objetivo a redução de horas na limpeza dos filtros atuais, cuja manutenção vem mostrando-se inviável em decorrência do estado de conservação, por não haver peças de reposição e pela capacidade insuficiente de purificação.

2.1.3. Como o objeto inclui instalação, manutenção preventiva e corretiva/reparos, incluído o fornecimento de peças e insumos, como elementos filtrantes, inclusive com a substituição dos equipamentos, caso necessário, pretende-se manter todos os pontos de fornecimento em operação na maior parte do tempo.

2.1.4. A forma de contratação pretendida também permite que, caso necessário, seja adequado o número de equipamentos disponíveis na instituição de acordo com a demanda do prédio, podendo haver tanto redução quanto aumento, dentro dos limites previstos na legislação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Com a entrada em vigor das Portarias INMETRO nº 102/2022 e 178/2022 e levando em consideração que se trata de serviço continuado, cujo contrato ultrapassará a data de 01/09/2023, nesta segunda versão do Termo de Referência, foram atualizadas alguns requisitos da pretendida contratação. Também, após verificação dos espaços, as dimensões máximas foram alteradas e incluída a profundidade máxima, com vistas a não prejudicar a circulação e movimentação dos trabalhadores, em especial nas copas, de área bastante reduzida.

3.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

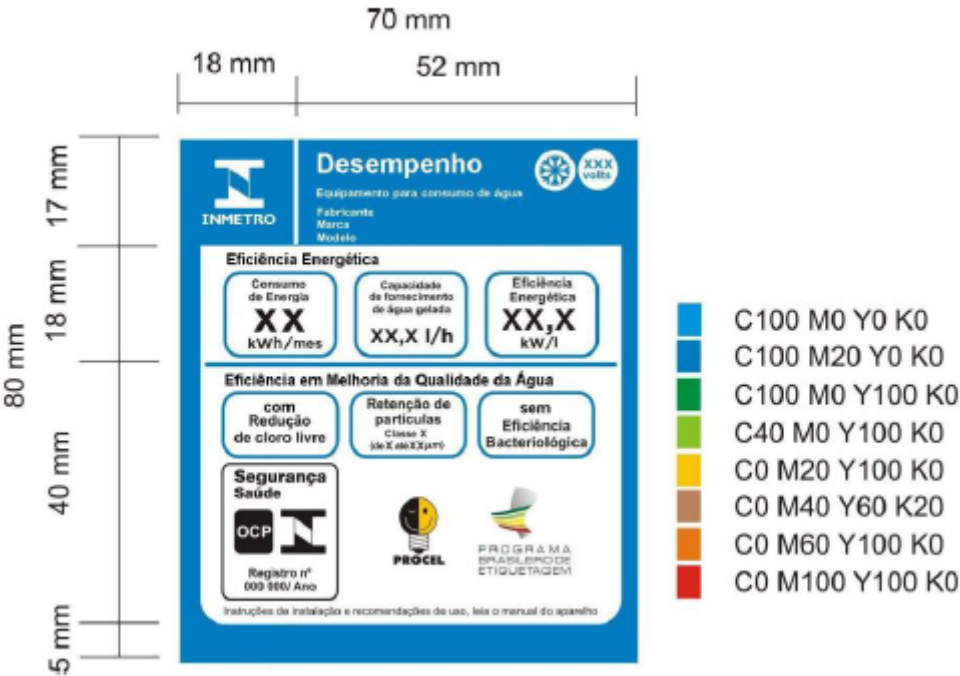
3.3. A localização prevista para os purificadores seguirá, a princípio, a seguinte distribuição:

Andar	Quantidade por andar	Localização		
SS	2	Sala do pessoal da limpeza	Sala vigilante Capote Valente	
T	2	Ao lado do elevador	Copa	
I	3	Ao lado do elevador	Recepção Capote Valente	Corredor em frente ao auditório
TS	2	Ao lado do elevador	Refeitório	
1º	2	Ao lado do elevador	Copa	
2º	2	Ao lado do elevador	Copa	
3º	2	Ao lado do elevador	Copa	
Portaria Oscar Freire	1	Guarita vigilante Oscar Freire		
TOTAL	16			

3.4. A localização pode ser alterada, a critério da gestão, desde que disponibilizados pontos de água e energia.

3.5. Os purificadores, equipamentos elétricos com refrigeração da água e com melhoria da qualidade da água, deverão ser novos, sem uso, entregues nas caixas originais, invioladas.

3.6. Os equipamentos deverão ser certificados, conforme artigos 7º e 8º da Portaria INMETRO nº 102, de 22 de março de 2022, registrados no INMETRO, em atendimento à Portaria INMETRO nº 258, de 6 de agosto de 2020, ter o Selo de Identificação de Conformidade, atendendo à figura 1 do Anexo II, conforme imagem abaixo, bem como atender aos requisitos da tabela C.4 do Anexo C, ambos da Portaria 102/2022.



- 3.7. Os purificadores de água deverão atender a todas as normas vigentes relacionadas ao objeto da contratação, inclusive à Norma NBR 16.098/2004, Portaria INMETRO nº 102, de 22/03/2022, que trata do aperfeiçoamento dos requisitos de avaliação da conformidade para equipamentos de consumo de água e com padrão de potabilidade da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde e suas atualizações.
- 3.8. Fornecer água em temperatura natural e também gelada, com acionamento através de botões frontais, na quantidade mínima de dois botões (uma para água natural e outro para gelada), ambos com inscrição em braille, em observância aos requisitos previstos na NBR ABNT 9050:2015;
- 3.9. A purificação deverá ser realizada de forma a retirar, gosto, odor e partículas, com a utilização de 1 ou mais sistemas filtrante; purificada mediante tratamento a base de elementos naturais como dolomita, quartzo e carvão ativado; também deve contar com mecanismo para controle bacteriológico, como por exemplo, por luz UV e indicador/alerta que sinalize a necessidade de substituição.
- 3.10. Ainda conforme a Portaria 102/2022, a eficiência dos equipamentos deve atender os seguintes requisitos:
- 3.10.1. Eficiência de retenção de partículas (P)
- 3.10.1.1. Quanto à retenção de partículas, os aparelhos devem realizar a retenção de partículas, ser classificado como Classe A, reduzindo no mínimo 85% das partículas com tamanho entre 0,5 e 1 micrômetro.
- 3.10.2. Eficiência da redução de Cloro Livre (C)
- 3.10.2.1. Os aparelhos devem realizar a redução de cloro livre de forma que, no final da sua vida útil, a redução de cloro livre seja maior ou igual a 75%.
- 3.10.3. Eficiência Bacteriológica e controle de nível microbiológico
- 3.10.3.1. Os aparelhos devem possuir eficiência bacteriológica e microbiológica, atendendo ao requisito da Tabela C.2 no anexo C da Portaria102/2022, devendo ter resultado satisfatório nas condições inicial e de 95% da vida útil.

Contaminante	Concentração inicial em UFC*/100mL de água	Resultado
Escherichia coli ATCC 11229	Mínimo, 1x10 ⁵ Máximo, 9x10 ⁶	Redução mínima de 2 logs**

*Unidades Formadoras de Colônias

** A Redução log indica a redução, em logaritmo de base 10, das UFCs. Assim, 2 logs equivale a 99% das UFCs, 3 logs a 99,9%, 4 logs, 99,99%, e assim por diante.

- 3.11. Os aparelhos devem ter conexão direta à rede hidráulica, funcionando com pressão de alimentação de água potável, sem necessidade de reabastecimento manual e com a instalação de dispositivo que regule a pressão, se necessário, sem custo adicional para a Contratante.
- 3.12. Os equipamentos devem ter reservatório de água gelada de no mínimo 2L e fornecer água gelada com vazão mínima de 40L/h e tensão de 127V.
- 3.13. Refrigeração da água com auxílio de compressor, que opere com gás refrigerante ecológico (não emissor de CFC);
- 3.14. Os purificadores de água locados e instalados deverão possuir elemento filtrante com vida útil nominal de 6.000 (três mil) litros, no mínimo.
- 3.15. Os purificadores de água locados e instalados deverão possuir estrutura que permita permita o enchimento de copos/xícaras, jarras e garrafas. e permitir sua fixação em paredes e utilização sobre bancadas, seja por bica retrátil ou telescópica, seja por gotejador/píngadeira/bandeja removível .
- 3.16. Todos os purificadores locados deverão apresentar uma única cor, em tonalidade clara, branca ou padrão inox, com vistas a permitir controle adequado da higienização da sua superfície externa.
- 3.17. Deverá contar com dispositivo contador de litros, ou de medição da vida útil dos elementos filtrantes, ou ainda, de indicador de necessidade de troca dos elementos filtrantes, para viabilizar o controle de manutenção e substituição de componentes. Qualquer que seja o método de indicação, ela deverá estar em local visível, de maneira que possa ser observada por qualquer usuário durante a utilização normal do equipamento, sem necessidade de abertura de qualquer compartimento ou em alturas ou mesmo posições que dificultem a visualização;
- 3.18. Possuir dimensões máximas de 40 cm x 50 cm x 40 cm (largura x altura x profundidade), de forma a não prejudicar a movimentação dentro das copas e corredores.

4.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Os serviços devem ser realizados por empresa especializada porém não necessariamente a fabricante dos equipamentos.
- 5.1.2. A execução da instalação, das trocas de elementos filtrantes, da higienização e manutenção deve ser realizada por funcionários capacitados.
- 5.1.3. O fornecimento dos materiais, ferramentas e eventuais suportes necessários para a instalação dos equipamentos é de responsabilidade da contratada.
- 5.1.4. Em atendimento a Instrução Normativa nº 01/SLTI/MPOG, de 19/01/2010, visando a observância do aspecto ambiental quando do planejamento e execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade para preservação do meio ambiente.
- 5.1.5. A CONTRATADA deverá dar preferência pela aquisição de materiais e insumos de empresas que praticam uma gestão sustentável com responsabilidade socioambiental.
- 5.1.6. Os purificadores de água devem ser constituídos, no todo ou em parte, com materiais que possam ser reciclados.
- 5.1.7. Todos os materiais que entram em contato com a água fornecida pelos purificadores devem ser atóxicos.
- 5.1.8. As exigências em questão poderão ser comprovadas mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, que ateste o cumprimento do critério de sustentabilidade.
- 5.2. Conforme já exposto, trata-se de serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo que:
- 5.2.1. A duração inicial do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogada, a critério da Administração, para até 60 meses;
- 5.2.2. A instalação dos equipamentos é de responsabilidade da contratada, inclusive caso haja necessidade de alguma adaptações de baixa complexidade, sejam elas hidráulicas, de conexões, na fiação ou das tomadas utilizadas pelos equipamentos atuais;
- 5.2.3. Deslocamento e eventual hospedagem para a equipe de instalação/manutenção são de responsabilidade exclusiva da contratada.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.3. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 6.4. Ainda, conforme o Guia Nacional de Contratações sustentáveis, da Advocacia Geral da União:
- 6.4.1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas, mediante prévio agendamento pelo e-mail slo@fundacentro.gov.br.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.4. **A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.**
- 7.4.1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade).

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução dos serviços deverá ocorrer, prioritariamente, de segunda a sexta-feira das 9h às 17h, no Centro Técnico Nacional da Fundacentro, após o recebimento da OS — Ordem de Serviço.
- Fundacentro - Centro Técnico Nacional**
Rua Capote Valente, nº 710
Bairro Pinheiros - São Paulo/SP
CEP 05405-050
- 8.1.1. No caso de a execução dos serviços necessitar ser realizada em horário e dia diferentes do acima indicado (sábados, domingos e feriados), a CONTRATADA deverá solicitar previamente a autorização da equipe de fiscalização do contrato.
- 8.2. **Em hipótese alguma** a CONTRATADA será remunerada por horas de trabalho, sejam normais ou extraordinárias, as quais deverão estar incluídas no valor da locação dos purificadores de água.
- 8.3. **INSTALAÇÃO**
- 8.3.1. A CONTRATADA deverá agendar com a equipe de fiscalização a data de instalação, devendo informar a qualificação (nome, RG e CPF) do técnico que realizará o serviço, observando o prazo máximo de 5 dias úteis para a instalação.
- 8.3.1.1. A marca do equipamento deverá estar indicada em sua embalagem, e aqueles sem identificação ou que não sejam novos e sem uso serão rejeitados quando de sua instalação.
- 8.3.2. A Contratada deverá providenciar a fixação dos equipamentos, nos casos em que estes serão instalados em elementos verticais (paredes ou pilares). Caberá à contratada certificar-se da constituição do elemento vertical para utilizar método de fixação apropriado, bem como evitar danos a tubulações, prumadas, armaduras ou outros elementos que possam estar embutidos no local da instalação. A contratada será a única responsável por danos diretos e indiretos decorrentes da instalação ou desinstalação de equipamentos;
- 8.3.3. A execução dos serviços, na medida do possível, deverá ser realizada de forma ordenada aos trabalhos de desmobilização de responsabilidade da empresa sucedida, e deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.
- 8.3.4. A CONTRATADA fará a instalação do purificador de água preferencialmente nos pontos onde estão localizados os filtros atuais, podendo-se alterar a posição em uma distância máxima de 15 (quinze) metros, a critério da Administração, utilizando-se material adequado, de forma que não

interfira no ambiente e nem prejudique a mobilidade dos servidores e funcionários da sala/área. Para os purificadores em ambientes em que ainda não há um filtro, a CONTRATANTE providenciará pontos de água e energia elétrica.

8.3.5. No momento da instalação do purificador de água, se a CONTRATANTE verificar a impossibilidade de se realizar o serviço, deverá apresentar relatório discriminando o motivo do impedimento, desde que a realização das adequações não esteja prevista como atribuição da CONTRATADA neste Termo de Referências ou nos Estudos Técnicos Preliminares.

8.3.5.1. Não havendo a previsão acima, a CONTRATANTE providenciará as adequações necessárias e emitirá nova OS - Ordem de Serviço, indicando o prazo máximo para instalação dos purificadores de água remanescentes.

8.3.6. Constatada pela CONTRATANTE a inviabilidade de realizar as adequações indicadas pela CONTRATADA, a instalação não será realizada e o local será excluído do objeto contratual ou substituído por outro em local adequado.

8.3.7. Os purificadores de água somente serão considerados instalados quando estiverem em perfeito funcionamento e após a verificação da equipe de fiscalização. Somente a partir deste momento, ocorrerá a contabilização desses para efeitos de cobrança.

8.3.8. Após a instalação dos purificadores de água, a CONTRATADA deverá apresentar à Equipe de Fiscalização do Contrato, Relatório de Distribuição dos Purificadores de Água, contendo no mínimo, as seguintes informações de cada purificador:

- a) data e local de instalação;
- b) modelo;
- c) número de série; e
- d) assinatura do técnico responsável.

8.3.9. A CONTRATADA deverá entregar aos fiscais do contrato ou chefes de serviço os seguintes documentos:

8.3.9.1. Procedimento Técnico detalhado, em linguagem de fácil compreensão, para a higienização externa e rotineira dos purificadores de água;

8.3.9.2. Manual de Instrução e Operação detalhado dos purificadores de água;

8.3.9.3. Folheto de instrução e operação ilustrativo, de fácil compreensão pelos usuários, contendo as instruções necessárias ao bom uso, guarda e conservação do purificador de água e com os devidos esclarecimentos acerca de possíveis dúvidas sobre seu funcionamento e recursos oferecidos, o qual deverá ser confeccionado em material resistente à água. Após a demonstração, o técnico deverá fixar uma via do folheto em local próximo ou no próprio PURIFICADOR DE ÁGUA.

8.3.10. A CONTRATADA deverá oferecer garantia permanente aos purificadores de água durante toda a vigência do contrato, mantendo as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

8.3.11. Após a instalação do purificador de água, o técnico da CONTRATADA deverá orientar a equipe de fiscalização e pessoas por ela designadas quanto ao funcionamento adequado dos purificadores de água, demonstrando todos os procedimentos contidos no folheto citado acima bem como alertando sobre quaisquer anormalidades que ponham em risco o funcionamento dos purificadores de água.

8.4. MANUTENÇÃO/REPARO

8.4.1. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções preventivas dos purificadores de água, inclusive pela substituição de peças cuja vida útil tenha expirado, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

8.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar à Equipe de Fiscalização, até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, um Plano de Manutenção Preventiva Anual dos purificadores de água instalados, plano este que deverá ser atualizado sempre que houver troca ou realocação dos purificadores de água e que deverá conter no mínimo as seguintes informações: a identificação do purificador de água, o local, a data de instalação / desinstalação / realocação, a periodicidade / datas previstas / intervenções que serão realizadas em cada manutenção preventiva.

8.4.3. A periodicidade máxima entre as intervenções de manutenções preventivas não deverá ultrapassar 3 (três) meses.

8.4.4. A data prevista e o acesso às instalações para as manutenções preventivas deverão ser agendadas com 5 (cinco) dias de antecedência e confirmadas com o fiscal de contrato ou com os chefes de serviço.

8.4.5. A CONTRATADA será responsável pelas manutenções corretivas dos purificadores de água locados, inclusive pela substituição de peças danificadas e de reposição, garantindo o pleno funcionamento dos mesmos, de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

8.4.6. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, através de e-mail, para efetuar manutenção corretiva sempre que o purificador de água não estiver funcionando adequadamente ou não estiver de acordo com as características técnicas e operacionais previstas neste Termo de Referência.

8.4.7. A CONTRATADA é responsável pelo fornecimento de peças de reposição, sobressalentes, peças consumíveis e outras para utilização nas manutenções corretivas e preventivas dos purificadores de água.

8.4.8. A Contratada deverá responsabilizar-se pela manutenção plena dos equipamentos, com garantia e assistência técnica especializada para o perfeito funcionamento das funções do sistema;

8.4.9. De acordo com as especificações técnicas do equipamento indicadas pelo fabricante o elemento filtrante deverá obrigatoriamente ser trocado ao se atingir o limite máximo de utilização, a ser verificado no dispositivo contador de litros ou similar, ou ainda pelo seu tempo de uso, o que ocorrer primeiro;

8.4.10. Realizar **manutenção preventiva trimestralmente**, com visita de técnico responsável;

8.4.11. Os chamados de manutenção corretiva, classificados como emergenciais, deverão ser atendidos no máximo 24 horas após o registro, que será configurado pelo envio de comunicação via e-mail para a contratada;

8.4.12. Os demais chamados de manutenção corretiva deverão ser atendidos no máximo 48 horas após o registro, que será configurado pelo envio de comunicação via e-mail para a contratada;

8.4.13. O conserto do equipamento deverá ser no próprio local. Caso não seja possível reparar o equipamento no local, deverá ele ser retirado e substituído por outro igual ou similar até a conclusão do reparo;

8.4.14. As ordens de serviço das manutenções preventivas e/ou corretivas, quando concluídas, deverão ser assinadas por servidor no local de realização dos serviços e encaminhadas para a Contratante, por e-mail, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

8.4.15. Cabe à Contratada a conservação dos equipamentos devendo reparar ou substituir, por sua conta, as partes e peças afetadas pelo desgaste natural;

8.4.16. A Contratada deverá fornecer orientação e instruções técnicas para o manuseio do equipamento de maneira a evitar o mau uso e consequente quebra do equipamento;

- 8.4.17. A Contratada responsabiliza-se pela eventual remoção e instalação dos equipamentos quando houver a necessidade de alteração de local de utilização, correndo por sua conta todos os custos e despesas decorrentes, inclusive transporte;
- 8.4.18. As ordens de serviço deverão possuir numeração sequencial. Quando da abertura de chamados a Contratada deverá informar à Contratante o número da Ordem de Serviço gerada para acompanhamento da ocorrência;
- 8.4.19. Os purificadores deverão ser individualizados, por meio de numeração própria, para fins de controle dos equipamentos instalados nas dependências da Contratante. A relação dos equipamentos e seus respectivos locais de instalação deverão ser informados à Contratante;
- 8.4.20. A Contratada deverá afixar nos equipamentos etiqueta que identifique a última manutenção preventiva realizada;

8.5. **TRANSFERÊNCIA**

- 8.5.1. A CONTRATANTE poderá solicitar a transferência dos pontos de instalação dos equipamentos, nas hipóteses em que haja alteração do endereço, reforma do prédio e em outros casos com a justificativa assinada pela equipe de fiscalização.
- 8.5.1.1. Após a solicitação, a CONTRATADA deverá tomar as providências para a instalação e verificada a impossibilidade de se realizar o serviço, a CONTRATADA deverá comunicar, imediatamente a equipe solicitante para as adequações necessárias.
- 8.5.1.2. A CONTRATADA deverá, após a desinstalação dos purificadores de água para realocação, manter as instalações elétricas e hidráulicas utilizadas isoladas, em condições seguras e em bom estado.

8.6. **DEMAIS CONSIDERAÇÕES**

- 8.6.1. Ao término do contrato, os purificadores de água deverão ser desinstalados pela CONTRATADA, sem custos à contratante.
- 8.6.2. A CONTRATADA deverá apresentar em até 30 (trinta) dias antes do término do contrato, um Cronograma de Desinstalação detalhado, que deverá ser aprovado pela Equipe de Fiscalização do Contrato.
- 8.6.3. A CONTRATADA, quando da desinstalação dos purificadores de água, deverá manter as instalações elétricas e hidráulicas utilizadas isoladas, em condições seguras e em bom estado, colaborando efetivamente com o processo de transição contratual.
- 8.6.4. A CONTRATADA deve ainda:
- 8.6.4.1. Fornecer mão de obra tecnicamente qualificada para a realização dos serviços, objeto da presente contratação.
- 8.6.4.2. Instalar os novos equipamentos nos pontos determinados pela Contratante, nas datas por ela indicadas.
- 8.6.4.3. Realizar, às suas expensas quando solicitada, a instalação dos equipamentos ou o remanejamento daqueles já instalados para novos endereços, de acordo com as necessidades da Contratante.
- 8.6.4.4.
- 8.6.4.5. Disponibilizar telefone e e-mail para a abertura de chamados, devendo atendê-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o registro. Os casos considerados emergenciais pela Contratante deverão ser atendidos em no máximo 24 (vinte e quatro) horas do registro da ocorrência.
- 8.6.4.6. Formalizar por e-mail, quando do registro da ocorrência pela Contratante, o número da ordem de serviço, a data e horário do atendimento e os dados do técnico que irá ao local do serviço.
- 8.6.4.7. Manter, ao término de cada atividade, os locais limpos e desimpedidos.
- 8.6.4.8. Fornecer pessoal capacitado para a atividade, devidamente uniformizado com seu logotipo, munidos de crachá de identificação, equipamentos de proteção individual, coletivo e ferramentas necessários e em condições de uso.
- 8.6.4.9. Informar à fiscalização do contratante, via e-mail, com antecedência mínima de um dia útil, o nome e n.º de documento (CPF ou RG) do colaborador que acessará qualquer das unidades do contratante para serviços relacionados à contratação, viabilizando assim a devida autorização de acesso junto à segurança das unidades.
- 8.6.4.10. Disponibilizar todos os materiais e ferramentas necessários para a perfeita instalação, operação e manutenção dos equipamentos dentro dos critérios definidos pelo fabricante, incluindo, mas sem se limitar, aos elementos filtrantes.
- 8.6.4.11. Sempre que não for possível o reparo do equipamento no local a Contratada deverá substituí-lo imediatamente.
- 8.6.4.12. Providenciar suportes apropriados para a fixação dos equipamentos, quando instalados em paredes ou colunas/suportes.
- 8.6.4.13. Providenciar a fixação dos equipamentos nos casos em que estes serão instalados em elementos verticais (paredes ou pilares), certificando-se da constituição do elemento vertical para utilizar método de fixação apropriado, bem como evitando danos a tubulações, prumadas, armaduras ou outros elementos que possam estar embutidos no local da instalação.
- 8.6.4.14. Informar à Contratante toda e qualquer movimentação ou substituição dos purificadores alocados em suas dependências, com a apresentação de relatório, que deverá conter, no mínimo: data, local de instalação, modelo e número de identificação de cada equipamento e, necessariamente, a assinatura do representante local deste contratante.
- 8.6.4.15.

9. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

10. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 10.1. A demanda tem como base as seguintes características:
- 10.1.1. Os purificadores de água deverão ser novos, de primeiro uso e não remanufaturados com a voltagem adequada aos locais de instalação, além de possuírem, no mínimo, as seguintes características:
- 10.1.1.1. Fornecer água para consumo com vazão igual ou superior a um litro por minuto;
- 10.1.1.2. Opção para água normal e gelada, no mínimo;
- 10.1.1.3. Possibilidade de instalação em bancada ou fixação em parede.
- 10.1.1.4. Atender aos requisitos e ao padrão de potabilidade da Portaria MS n.º 2914/2011 do Ministério da Saúde;
- 10.1.1.5. Atender aos requisitos da NBR14908/2004 e possuir a devida certificação pelo INMETRO, quanto a sua eficiência para retenção de partículas, estar classificados no mínimo como P I (maior ou igual a 0,5 e menor que 1 micrômetro), de acordo com a NBR14908/2004;
- 10.1.1.6. Quanto a sua eficiência para redução de cloro livre, estar classificados no mínimo como C I (acima de 75%), de acordo com a NBR 14908/2004;
- 10.1.1.7. Quanto a sua eficiência bacteriológica, ter sido aprovados nos ensaios, de acordo com a NBR14908/2004;

- 10.1.1.8. Fornecer água para consumo com temperatura que poderá ser regulada entre o mínimo de 7°C (podendo ser inferior) e a temperatura ambiente;
- 10.1.1.9. Possuir elemento filtrante com vida útil nominal de 6.000 litros (mínimo) ou 2 (dois) anos, o que vier a vencer primeiro;
- 10.1.1.10. Estar preparados para a operação na tensão elétrica 127 ou 220 Volts — 60 Hz;
- 10.1.1.11. Estar preparados para operarem com pressão de alimentação de água potável entre 20 e 750 kPa;
- 10.1.1.12. Estar com certificação de segurança elétrica e construtiva nos termos da Portaria 191/2003 do INMETRO.
- 10.1.2. A cobrança inicial se dará exclusivamente sobre a quantidade efetivamente instalada no mês e em pleno funcionamento.
- 10.1.3. O período de locação iniciará a partir da efetiva instalação, nos termos deste Termo de Referência.
- 10.1.4. Para período de locação inferior a um mês, o cálculo para faturamento do aluguel deverá ser feito com base em 1/30 (uns trinta avos) ao dia, por purificador de água.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Fundacentro para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. *Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.

DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I do TR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.2.1. não produziu os resultados acordados;

16.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.*

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
18. **DO PAGAMENTO**
- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=184061&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000016&infra_hash=cf7...

8/14

- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19.

REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
$$R = V (I - I^0) / I^0,$$
onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual a ser reajustado;
Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 21.1.5. cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 21.2.2. **Multa de:**
- 21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

- 21.2.2.4.0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 21.2.2.5.0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 21.2.2.6.as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.2.3.Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.2.4.Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 21.2.5.Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3.A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4.As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5.Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- 21.6.Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.6.1.tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2.tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3.demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8.As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1.Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9.Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11.Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12.A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13.O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14.As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1.As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Comprovar capacidade técnico-operacional por meio da apresentação de atestado(s) detalhado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que explicita(m) incontestavelmente a comprovação de que gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado (locação com instalação e manutenção) por período não inferior a 1 (um) ano, contínuos ou não, podendo ser aceito o somatório de atestados, desde que a quantidade seja de, no mínimo 75% dos equipamentos previstos no presente TR.
- 22.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 22.3.2.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 22.3.2.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.3.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.3.3. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável
- 22.3.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 22.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

(assinado eletronicamente)

VÂNIA GAEBLER

Assistente em Ciência e Tecnologia

(assinado eletronicamente)

MÁCIA MEDEIROS DOS SANTOS TEIXEIRA

Chefe do Serviço de Logística

(assinado eletronicamente)

FÁBIO AKIO SHIOMI IHA

Coordenadora de Administração

(assinado eletronicamente)

ANDRÉ WILLIAN DE OLIVEIRA SANTOS

Diretor de Administração e Finanças

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: junho/2021



Documento assinado eletronicamente por **Vania Gaebler, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 11/11/2022, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mácia Medeiros dos Santos Teixeira, Chefe de Serviço**, em 11/11/2022, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Akio Shiomi Iha, Coordenador(a), Substituto(a)**, em 11/11/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Willian de Oliveira Santos, Diretor(a) de Administração e Finanças**, em 11/11/2022, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0181259** e o código CRC **46057DBD**.

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO - IMR

1. Os descontos previstos no Instrumento de Medição de Resultado são autônomos, não excluindo o cumprimento dos demais itens do Edital nem a aplicação das demais penalidades previstas.
2. Os descontos serão aplicados, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e no Edital, referentes à inexecução da prestação dos serviços, no todo ou em parte.
3. Para efeito de aplicação dos descontos serão atribuídos graus de severidade, conforme tabelas a seguir. Os descontos abaixo são independentes, podendo ser aplicados cumulativamente.
4. Os descontos serão efetuados sobre o valor da nota fiscal apresentada;
5. O objetivo do IMR é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, serem interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.
6. Os descontos serão realizados por ocorrência, por mês, **sendo somado seu percentual no caso de reincidência**.
7. Os descontos serão realizados, sempre que possível, na nota fiscal relativa ao mês da ocorrência.

ITEM	OCORRÊNCIA	GRAU
1	Não atender no prazo de 48 (quarenta e oito) horas os chamados de manutenções corretivas abertos pela Contratante - por ocorrência.	5
2	Não atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas os chamados de manutenções corretivas emergenciais abertos pela Contratante - por ocorrência.	6
3	Deixar ponto de água sem purificador operacional ou deixar de substituí-lo quando necessário – por equipamento/dia.	4
4	Não substituir nas manutenções preventivas os filtros, quando necessário – por equipamento.	5
5	Portar-se, por meio de seus funcionários, de forma indevida nos locais de prestação dos serviços.	4
6	Não remover os objetos e resíduos gerados na realização das atividades, deixando os ambientes sujos, com sobras de materiais.	3
7	Deixar de encaminhar ao Contratante as Ordens de Serviço preenchidas após a realização dos serviços, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.	1
8	Deixar de encaminhar ao Contratante os relatórios mensais dos serviços realizados juntamente a Nota Fiscal.	2

GRAU	DESCONTOS	PERCENTUAL
1	Desconto na NF do mês da ocorrência	0,5% sobre o valor total da respectiva fatura
2	Desconto na NF do mês da ocorrência	1,0% sobre o valor total da respectiva fatura
3	Desconto na NF do mês da ocorrência	1,5% sobre o valor total da respectiva fatura
4	Desconto na NF do mês da ocorrência	2,0% sobre o valor total da respectiva fatura
5	Desconto na NF do mês da ocorrência	2,5% sobre o valor total da respectiva fatura
6	Desconto na NF do mês da ocorrência	3,0% sobre o valor total da respectiva fatura

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Pregão Eletrônico nº [47648.000250/2021-31](#)

Declaro para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro que a empresa _____, CNJP _____, é detentora de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta de preços para a execução dos serviços objeto da presente licitação, conforme exigências constantes no Edital e Termo de Referência, bem como os anexos de ambos os documentos, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

Cidade

Data

Nome da empresa e CNPJ

RESPONSÁVEL

Referência: Processo nº 47648.000250/2021-31

SEI nº 0181259

Criado por [vania.gaebler](#), versão 17 por [vania.gaebler](#) em 11/11/2022 09:13:35.